DA VOCAÇÃO DO SOCIÓLOGO À VOCAÇÃO DO PRÍNCIPE: ÉTICA DA CONVICÇÃO VERSUS ÉTICA DA RESPONSABILIDADE[1]

From the Vocation of the Sociologist to the Vocation of the Prince: Ethics of Conviction versus Ethics of Responsibility

† Paulo-Edgar DE ALMEIDA RESENDE

I. INTRODUCCIÓN

O exercício de dois mandatos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso, luminar das ciências sociais no Brasil e na América Latina, repôs a crença elitista no poder redentor da ciência, da "intelligentsia manheimiana", ou da "sociologia nos moldes contianos", com semelhança ao que ocorreu no processo eleitoral de 1910. Com a vitória do Marechal Hermes da Fonseca, círculos letrados manifestaram desânimo diante da derrota de Rui Barbosa. No caso em pauta, Augusto Compte, autor do lema conservador da bandeira do Brasil, já presupusera a vocação da sociologia em fazer dirigentes políticos. A eleição de FHC suscitou expectativa de que, em seu governo haveria a transcrição do êxito de sua obra acadêmica no governo. Estaria garantida a afinidade estrutural entre obra acadêmica e governo. Mesmo porque se tratava de cientista político de reconhecimento mundial.

O exagêro na concessão de crédito a seu governo, com base em tais pressupostos, minimiza possíveis equívocos do Príncipe Sociólogo, ao mesmo tempo em que se ampliam cobranças. O trato académico da realidade brasileira, de que é portador o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, certamente Ihe foi util no governo, independentemente de seu brilho. O conhecimento da realidade, enquanto tradução, reconstrução, foi reposto, de perspectivas diversas, da cátedra ao trono.

De outro ângulo, a postura contrária, de historicizar e de espacializar seu saber acadêmico e suas decisões presidenciais, pode levar-nos à aprisionar na cátedra seu conhecimento científico da realidade brasileira. Suas "circunstâncias uspianas" teriam de ser percebidas, neste caso, de modo radicalmente diferenciado, sem nenhuma ressonância ou incidência em suas circunstâncias no Planalto. A intenção de tornar o volumoso currículo de FHC legível, leva-nos à trilha que vai da Academia ao Trono, com risco constante de extravio nas encruzilhadas de detalhes, que são muitos, ou, ao contrário, no atalho da síntese simplificadora. Nas condiçõoes de viabilidade do presente têxto, cremos safar-nos destes descaminhos, tendo como bússola a seguinte questão: "o posicionamento intelectual e político de FHC". Teremos como *vademecum* alguns critérios, traçados por autores clássicos. Roteiro mais concreto nos é proporcionado pela constelação de discursos básicos sobre a América Latina, dentre os quais se destacam os seus. Tentamos acompanhar o ponto em movimento em que se posiciona FHC na cartografia intelectual e política da América Latina e do Brasil.

---

[1] Este artículo fue publicado en: Rodríguez Francisco (ed.), *Ameryka Łacińska – rozumem i sercem; América Latina con razón y corazón*. Homenaje al Profesor Andrzej Dembicz, CESLA, Warszawa, 2003, pp. 327-339.

II. OS INTELECTUAIS E A MILITÂNCIA POLÍTICA

A importância de debate deste tipo não se limita ao plano teórico, como ressaltou Ernesto Laclau[2], dadas as diferentes conclusões políticas que as partes intervenientes tiram de suas premissas. Surge então o intelectual engajado, comprometido com o curso dos acontecimentos, não apenas enquanto cientista, mas também enquanto protagonista político. Nos processos de transformação social, na construção da democracia, a intelectualidade latino-americana saiu da torre de marfim em que se encastelara. Abdicou da sofisticada retórica acadêmica de linguagem rebuscada e pedante, adequada ao ensaismo inicial do processo de consolidação da institucionalização universitária. Fazer-se entender pelo grande público através de artigos em jornais, livros de fácil acesso, debates nos meios de comunicação, passou a ser o novo desafio. A década de '50 corresponde a período de crescente efervescência nos estudos sociais no Brasil[3]. As disputas de cargos eletivos ocorreram como corolário disto. O processo, na intensidade em que ocorre, Maria Susana Arrosa Soares[4] bem o caracteriza como de "dessacralização e desencantamento" da função do intelectual, a provocar polêmicas, na medida em que é colocada em questão a própria identidade dos intelectuais:

> A participação exigida dos intelectuais nas mais diversas esferas da vida social e nas lutas políticas que se travam no mundo contemporâneo e, em particular na América Latina, foi responsável pela transformação do intelectual. O intelectual deixou de ser o diletante e passou a ser o profissional e o ator político, imerso e comprometido com as circunstâncias históricas.

Angel Flisfisch[5] levanta hipóteses sobre a relação entre intelectuais e partidos políticos no Chile, que, a parte especificidades, são relações que, tendencialmente, verificam-se na América Latina como um todo. Busca mostrar os problemas que esta relação suscita: a responsabilidade dos intelectuais no processo é acrescida a partir do momento em que as oposições ao *status quo* passam a contar com intelectuais, formuladores de programas de partidos políticos. São guindados à condição de censores e críticos da ordem vigente, o que redunda na intelectualização da política.

À direita do espetro político, o pragmatismo latifundiário esteve, tradicionalmente, colado a "currais eleitorais, a votos de cabresto, a eleições de bico de pena". Verificava-se, em tal contexto, acentuada resistência à intelectualização da política.

---

[2] Laclau, Ernesto, "Feudalismo y capitalismo en América Latina", en: Garavaglia, J.C. et al., *Modos de producción en América Latina*. Córdoba, Cuadernos de Pasado y Presente, No. 40, 1973, p. 43.

[3] Mota, Carlos Guilherme, *Ideologia da cultura brasileira* (1933-1974). SP, Ed. Àtica, 1977.

[4] Soares Arrosa, Maria Susana (coord.), *Os intelectuais nos processos políticos da América Latina*. Porto Alegre, Ed. da Univ. 19, UFRGS, 1985. p. 8.

[5] Flisfisch, Angel, en: Soares Arrosa, Maria Susana (coord.), op. cit.

No período da guerra fria, o anti-comunismo continental, sob a batuta do "Grande Irmão", operou na direção de retomada mais sofisticada do discurso liberal, que, na década de 80 é rebatizado como de neoliberalismo e neoconservadorismo, sob o fogo cruzado de críticas e de novas exigências externas[6].

Do momento em que a política se interpreta como implantação na sociedade de projeto, ao qual se acede através da posse de determinadas competências especializadas, a figura do intelectual passa a ocupar posição central na política. As relações entre este e o político profissional passam a ser simétricas. Essa simetria inicial cede, tendencialmente, à assimetria que favorece o intelectual, ou cria para ele oportunidades crescentes de intervenção, sob diferentes modalidades. Para a cultura política intelectualizada, o intelectual é portador do que passa a ser valioso em política, ampliado o campo das disputas. É valorizada a máxima de *Maquiavel – conoscere i sitti.* Há necessidade de conhecimento aprotundado do terreno em que se quer fazer política. Sem incidir no exagero de se afirmar que há desvalorização do político profissional, o intelectual é recrutado, incorporado à luta política. O primeiro começa a padecer do problema de legitimidade, e se volta ao intelectual, capaz de indicar-lhe o caminho por onde se chega à legitimação. A relativa intelectualização da política abre oportunidades aos intelectuais nos meios de comunicação de massa, nos institutos de pesquisa de realidade nacional, nas empresas de marketing, nas empresas de aferição de opiniao pública sobre variados assuntos, em partidos políticos, etc., como nunca antes.

A Escola Superior de Guerra teve a pretensão de tornar-se *Überuniversität.* As Universidades, com seus cientistas sociais e o movimento estudantil, agilizaram-se, durante as ditaduras militares, no grande debate de contestação do autoritarismo. As Associações OAB, ABI, Igrejas tornaram-se instâncias de mediação da contestaclo do militarismo, na proporção em que lideranças de partidos e de movimentos sociais ficaram sujeitos à repressão. As redações da grande imprensa e da imprensa alternativa abriram espaço à análise política de maior peso. Os partidos políticos se inclinaram diante da agenda de pesquisas de opinião. O teatro e a música popular tematizaram as lutas sociais. De comum, há o fato de que esta *intelligentsia* passou a ser portadora de alguma modalidade de discurso sobre a sociedade, de modo a não só conhece-la, mas transformá-la. Com canais de acesso à população, de forma, legal ou ilegal – no caso de ditaduras militares – ela se qualificou como formadora de opinião. Como intelectualidade orgânica, tem a seu dispor recursos de amplas redes oficiais, legitimadoras do *status quo.* Como intelectualidade dissidente, atua de modo descentralizado com escassos recursos materiais, rotineiramente sujeita a infindáveis polêmicas internas e sucessivas rupturas.

[6] Resende de Almeida, Paulo-Edgar, "A realidade brasileira e o neoliberalismo", en: Queiroz, José J. (org.), *Modernidade e exclusão*, SP, Ed. Imaginário, 1996, pp. 59-74.

III. DOS PARTIDOS TRADICIONAIS AOS PARTIDOS DE QUADROS

A forma de enfrentamento dos novos partidos de massas, de amplo recrutamento, suscita a reversão, em parte, de partidos tradicionais, desintelectualizados, pragmáticos, para partidos de idéias, portadores de determinado projeto de sociedade. O partido de quadros, sem excluir os "notáveis pelo patrimônio material", responsaveis pela cobertura das despesas de campanha, mobiliza os "notáveis pelo patrimônio intelectual", encarregados do planejamento de campanha. Verifica-se então a crescente sofisticação no uso tático de recursos e aferição de expectativas do eleitorado diversificado. No embate, partidos de massa modernos, de amplo apelo popular, versus partidos de quadros, registra-se a participação crescente de intelectuais. Na condição de conselheiros do Príncipe, os intelectuais encontram em Maquiavel o velho reclamo da importância da "força da inteligência" e da "inteligência da força" em política.

IV. INTELECTUAL ORGÂNICO VERSUS INTELECTUAL CRÍTICO

No processo de recrutamento do intelectual, à direita, podemos detectá-lo como funcionário estatal privilegiado. De modo direito, ele proclama o fato de não comprar idéias, mas vendê-las, levando-as diretamente, sem mediações, aos órgãos de poder. As velhas práticas ganham aí maquiagem nova. Este tipo de intelectual encontra campo livre, no caso do Brasil, dado o fato de que salvo o *Itamarati* e os *Ministérios Militares*, os restantes têm suas portas escancaradas para cargos de confiança, por sinal os de maiores regalias com relação aos que se sujeitam aos baixos salários dos quadros de carreira.

O intelectual de esquerda ocupou, nas últimas décadas, espaços mais estreitos. O fenômeno de inflação ideológica, atuou de modo desestabilizador para qualquer veleidade de construção de administração alternativa. Em nome do debate interno no partido, certa esquerda radical na América Latina, mais iluminista do que dialética, parece ter tido muita cabeça e pouco corpo. Ela é sempre tentada a cair no voluntarismo, que faz da sociedade algo plástico, modelável, permeável às suas idéias. A sensação que deixa, muitas vezes, é a de que fala em nome do povo, mas não crê nele. Explica-se, por aí, a transição do *hard PT* à condição de *soft PT* na atual conjuntura de 2002, aberto a alianças, para tornar possível a governabilidade.

V. DA VOCAÇÃO DO SOCIÓLOGO Á VOCAÇÃO DO PRÍNCIPE

Fundamentalmente, trata-se de detectar a voca*çã*o do cientista e a voca*çã*o do político. Classicamente, somos reenviados a dois textos de Max Weber[7], dirigidos

[7] Weber, Marx, *Ciência e política – duas vocações*. SP, Ed. Cultrix. s/d.

a estudantes em Munique. Em *Ciência como vocação,* conferência proferida em 7 de novembro de 1917, dia em que os bolcheviques tomaram o poder na Rússia, é afirmado que os princípios que regem a atividade científica e a atividade política são totalmente distintos. Uma coisa é tomar posição política prática; outra é analisar cientificamente estruturas políticas e doutrinas de partidos. Um ano e dois meses depois, em 28 de Janeiro de 1919, no contexto da Revolução Bávara, apresentou seu texto *Política como vocação.*

O papel do político se qualifica pelo exercício de liderança. À diferença do funcionário, o político assume responsabilidade pessoal por sua ação política na esfera da luta pelo poder. Ele tem de levar em conta as consequências do que diz e faz. Na ausência de talento político do líder, seu lugar é ocupado pelo funcionário: o estado moderno, sociologicamente, é empresa de dominação racional-legal, que conta com a prontidão do estado maior administrativo.

A partir da preocupação com atributos adequados de postulantes à vida pública, a vocação do Príncipe é situada no âmbito da ética. Entre as qualidades principais de que ele deve ser possuidor, segundo Weber, destaca-se a paixão, cotejada com medida e responsabilidade na realização de determinado plano de governo.

A *paixão* tem a ver com a "responsabilidade" do político por vocação, que se coloca a "serviço programado de determinada causa", enquanto que os políticos, que vivem da política, fazem dela fonte de proveitos pessoais ou de seu clã. A prática da "medida", no sentido de dosagem, tem a ver com a precaução diante de desvios possíveis, caracterizados na ação política pelo desejo de poder, dadas as vantagens de que o titular goza. A ausência do atributo de medida privilegia meios, através dos quais o acesso ao poder é facilitado, a dano de fins. Dá-se então o esvaziamento de sentido ético na atividade. O partidário da objetiva "ética da responsabilidade", a ser diferenciada da "ética subjetiva da convição", entra no jogo marcado pela correlação de forças. Vale dizer, poderes, formalmente atribuídos ao Príncipe, escapam-lhe constantemente ao controle. Ele se sente na obrigação de apreciação objetiva da realidade e de intervenção nela, colocando-se diante de eventuais consequências de seu ato sobre a vida daqueles a quem lidera, por mais que suas prefêrencias subjetivas estejam prejudicadas. Deve o governante admitir que a própria ética de convicção, os princípios, inscritos em sua "alma individual", estarão irremediavelmente postos à prova e, até mesmo contraditados pela exigência de reciprocidade, inscrita em sua "alma social". A arte da escolha política demanda delimitação realista do domínio do possível, com relação ao desejável. O grande estadista se revela em tal cálculo, em que o desejável e o possível não são estáticos, estão em movimento, no claro-escuro das expectativas de liderados. A definição da política, dada por Aristide Briand, enquanto arte de conciliar o desejável e o possível, no jargão de demagogos, torna o desejável e o possível o *déjà la* estático. A política teria sentido deturpado de conciliação pura e simples, fazendo recurso a compromissos de toda espécie. Pior ainda, é evidente, por exemplo, que a pesquisa em ciências humanas, financiada por

grupos empresariais, permite a produção da mais sofisticada mercadoria -o imaginário popular-, o desenvolvimento de certos "desejos" na população, que não correspondem a necessidades reais. Os poderes públicos podem assumir a mesma tendência, e o fazem. As ciências da decisão podem então se opor às ciências da participação, ao invés de serem seu complemento e se tornarem as ciências da manipulação da opinião pública.

VI. OS INTELECTUAIS E A AMÉRICA LATINA: DO DESLUMBRAMENTO NATURISTA À CONSCIÊNCIA DO SUB-DESENVOLVIMENTO[8]

Retomo, sob esta rubrica, o que tenho desenvolvido em outros textos. Inicialmente, os intelectuais latino-americanos herdaram o tom de deslumbramento e exaltação, já expresso no primeiro documento relativo ao Continente, a carta de Colombo. Foi a postura de afirmação nacional, ligada à natureza -terra bela-, pátria grande[9].

A presença dos intelectuais na vida política da América Latina intensificou-se a partir do momento em que, do posicionamento de encantamento, passou-se à tornada de consciência de problemas sociais do continente. A consciência do subdesenvolvimento fez com que o gigantismo naturista aparecesse como construção ideológica, ilusão compensadora. A idéia de subdesenvolvimento se impôs como força propulsora de debate de ampla repercussão. Percebido o que havia de mascaramento no encanto pitoresco, os meios artísticos passaram a exercer importante papel na desmistificação da realidade, ao lado de economistas e políticos. Da visão exótica, de que nos fala Antônio Cândido, passou-se à visao da CEPAL: a idéia de produtividade se associa à de transformação continental. A América Latina é então divisada não como cosmos, mas campo de tensões, para não dizer de conflitos de vários tipos, continente socialmente desastroso, politicamente instável, economicamente a cada dia mais envolvido pelo processo de internacionalização, de padrão neoliberal.

VII. TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO LINEAR À TEORIAS DA DEPÊNDENCIA

A vitalidade do pensamento sobre a América Latina se expressa no fato de haver divergências fundamentais no seio da intelectualidade do continente. Saltando de elipse em elipse dos discursos, deparamo-nos com idéias que mudam de lugar

[8] Resende de Almeida, Paulo-Edgar, "Novas formas de integração", Revista *São Paulo em Perspectiva*, SP, 9 (1), pp. 35-40.

[9] Cândido, Antônio, "Literatura e subdesenvolvimento", Revista *Argumento*, RJ, l (1973), pp. 7-24.

à medida que seus formuladores transitam por encruzilhadas deste complexo continente. Certamente não se trata de idéias fora de lugar.

A partir da década de 60, a noção de "países dependentes" foi assinalada pela literatura sociológica do continente. Tal conceito ganhou espaço devido à referência crítica às "teorias do desenvolvimento", o que justifica o fato de as "teorias da dependência" nem sempre serem utilizadas claramente enquanto categoria explicativa.

As "teorias do desenvolvimento" tendem a divisar os diferentes países distribuídos em virtual horizontalidade. O desenvolvimento é estatisticamente identificado através de indicadores quantificáveis. A ordem capitalista é vista como ponto de chegada do desenvolvimento histórico. Na versão mais radical, a da "modernização linear", a história do capitalismo é vista como se levasse irreversivelmente ao progresso, caso se removam "obstáculos internos", divisáveis em unidades disfuncionais. A história de países capitalistas de desenvolvimento inicial sinaliza vias, etapas, pelas quais a história humana transcorre. Conceitos de "desenvolvimento" e "capitalismo" se situam então em mútua referência. Não se indica, no entanto, o ponto em que a junção se efetua. "Subdesenvolvimento" é atraso: a descrição sincrônica de contrastes e de interação entre conteúdos arcáicos e modernos, de modo funcional, permite afirmar que o subdesenvolvimento tem sua principal razão de ser localizada no interior de fronteiras nacionais. Apenas secundariamente são mencionadas intersecções com a ordem internacional.

Os "teóricos da dependência" podem ser alocados em dois segmentos principais. Uma primeira versão, classicamente formulada por André Gunder Frank[10] e Arghiri Emmanuel[11], parte de ótica diametralmente contrária às teorias do desemvolvimento linear: o subdesenvolvimento é pensado a partir de fatores externos. A noção de dependência aponta o subdesenvolvimento não como atraso, mas como produto da situação mundial, devido à expansão do capitalismo. As sociedades latino-americanas não teriam ainda alcançado a etapa capitalista consolidada, em face do cerco existencial que Ihes foi imposto pelo Imperialismo. Desenvolvimento e subdesenvolvimento não são vistos como produtos de estruturas econômicas diferentes -a capitalista e a pré-capitalista-, ou separadas por etapas distintas. São considerados como manifestação de contradições internas do sistema capitalista mundial. São levantadas, então, importantes questões sobre origens e natureza atual das sociedades latino-americanas. Partindo de características estruturais, pelas quais se revela o subdesemvolvimento, os teóricos da dependência refutam o dualismo interno, embora não comcordem com a explicação da natureza das formações incorporadas pela expansão do sistema capitalista mundial e com o grau desta incorporação. Resistentes à umdança e não integradas dinamicamente à economia de mercado, elas

[10] Frank, André Gunder, *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*. 2a. ed. Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 1973, p. 27.

[11] Arghiri, Emmanuel, *L'échange inégal*, Paris, Maspero, 1969.

carecem de uma reyolução de caráter democrático-burguês. Os socialistas devem buscar aliança com a burguesia nacional.

A dinâmica econômica, entrevista de modo articulado ao social, ao político e ao axiológico induz, na década de 50, Hélio Jaguaribe[12], lídimo representante do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, a mostrar o erro da indústria brasileira. Ao seguir a reboque dos agentes ligados aos setores exportadores de produtos agrícolas e matérias-primas (latifundiários e comerciantes), sacrifica possibilidades de expansão econômica e predomínio político, bem como sua própria sobrevivência. Industriais brasileiros, operariado urbano e conjunto moderno das camadas médias estariam chamados a fazer aliança contra o contubérnio oligárquico-imperialisa. Mais a frente, Jaguaribe[13] conclui que na via separada de desenvolvimento não há possibilidade de superação da condição de dependência. A via integracionista e, dentro dela, particularmente, o estabelecimento de regime estratégico de desenvolvimento e autonomia, comum a Brasil é Argentina, são a forma, para ambos os países e para a América Latina, de se libertarem das servidões do complexo d dependência -atraso tecnológico.

Victor Raul Haya de la Torre concebeu a Aliança Popular Revolucionária Americana - APRA como movimento antiimperialista de âmbito continental, visando a realizar a unidade política e econômica de países situados abaixo do rio Bravo. A "revolução da ordem" implica subversão do *status quo*, sem que valores maiores da civilização ocidental sejam violentados. Isto será possível com a Grande Pátria Indo-Americana. Liquidam-se, ao mesmo tempo, feudalismo e imperialismo, sem violentar a realidade, sem propor às três classes, basicamente antiimperialistas – campesinato, proletariado e pequena burguesia- tarefas superiores àquelas que Ihes são possíveis, dadas suas condições reais de organização política[14].

VIII. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO: O SOCIÓLOGO QUE VIROU PRÍNCIPE

A questão de fundo pode então ser assim formulada: FHC, enquanto presidente da república, é capaz de decidir sobre os rumos do país, a partir de orientação intelectual anterior ao acesso ao posto?

Certos ressentimentos de esquerda levam a cobrarças indevidas de continuidade. FHC transitou com agilidade entre Marx, Durkheim e Weber. A ortodoxia reclamada é improcedente. FHC tornou-se cientista social de reconhecimento mundial ao se opor a autarcismos nacionalistas ou de blocos, ao magnificar, em sua "teoria

[12] Jaguaribe, Hélio, "A crise do nosso tempo e do Brasil", *Cadernos do Nosso Tempo*, RJ, s.d., pp. 14-15.

[13] Idem., *Brasil: crise e alterantivas*. RJ, Zahar, 1974, p. 136.

[14] Oliveiros, Ferreira, *Nossa América: Indoamerica. A ordem e a revolução no pensamento de Haya de la Torre*. SP, Pioneira/USP, 1971.

da dependência", o "crescimento associado, com a internacionalização do mercado". Seria una impropriedade explicar sua evolução política como se já estivesse cristalizada em seus textos. Julgamos pouco fértil partirmos do pressuposto de que a continuidade do trajeto, que vai do sociólogo ao presidente, caso não se verifique, sua performance presidencial fique automaticamente desqualificada. A aposta na transferência de racionalidade do sociólogo, e nos mesmos termos, para o príncipe, sem mediações, suporia que o processo de conhecimento da realidade se daria em formulações irreformáveis, como se houvera um movimento osmótico, fazendo com que a ciência se transforme automaticamente em poder e o poder em ciência. A dificuldade que levantamos tem origem no fato de que o sociólogo é "autor" de seus textos, enquanto o presidente é "ator" na cena política.

Maquiavel não nos disse que o príncipe se conhece apenas pelo seu currículo individual, mas é conhecido principalmente pelos currículos de seus ministros. Exalta a força da inteligência e a inteligência da força junto a ele, visando à competente territorialização de sua autoridade. Cabe ao príncipe rodear-se da luz do conhecimento, que torna suas decisões transparentes e adequadas às circunstâncias, e fugir de aduladores, que elogiam as belas vestes de sua nudez.

IX. A MUDANÇA DE EIXO. NADA SE REPETE, MAS HÁ SEMELHANÇAS, PORQUE TUDO SE RELACIONA

Fernando Henrique Cardoso[15] recusa a distinção, que considera metafísica, entre fatores externos e internos. Reflete em profundidade, a partir da realidade brasileira, que no final da década de 30 registra a opção econômica e político-estratégica de sócio preferencial na América Latina dos Estados Unidos, o que anteriormente havia sido delineado pelo Barão do Rio Branco e Joaquim Nabuco.

O sociólogo FHC destacou-se academicamente da maioria de seus pares de esquerda a partir do objetivo de substituir o estilo de análise baseado em determinações gerais e abstratas, que expressariam contradições incertas, pela busca de cada momento significativo de modificação da produção capitalista internacional na América Latina. Esforçõu-se na explicitação das vicissitudes na consolidação do sistema capitalista nas formações sociais periféricas. Partiu do jargão "nada se repete, mas há semelhanças, porque tudo se relaciona". Antepôs-se a teóricos do desenvolvimento linear. Tampouco enfatizou a dissemelhança irrecuperável, contrariamente ao que postulavam teóricos da dependência, primeira versão, presos, unitaleralmente, a determinações externas.

Dado que estruturas dependentes deixam de ser vistas como reflexas, mas tidas como relativamente autônomas, torna-se possível tratar de entendê-las interna-

[15] Cardoso, Fernando Henrique e Faletto, Enzo, *Sociología del desarrollo*, Seminario sobre Aspectos Teóricos y Metodológicos. Buenos Aires, Solar/Hachette, 1970, pp. 15-66.

mente, em determinado grau do processo de sua constiuição capitalista. Tal preocupação conduziu-o à percepção de limites da categoria de dependência, no sentido que a utilizam André Gunder Frank e Arghiri Emmanuel, pelo fato de estes autores não se detrem suficientemente em análises de struturas específicas de acumulação em àreas subdesenvolvidas. Detêm-se em relação à dialética interna, como acentua Francisco de Oliveira[16] a sociedade dependente e periférica fica sendo *banda pobre de laranja* e o esforço analítico se esgota na periodização desde dependência.

Francisco Weffort[17] chega a mostrar aineficácia teórica da noção de dependência. Com o que Fernando Henrique Cardoso explicitamente concordou, no mesmo número dos Estudos CEBRAP. O futuro Ministro da Cultura de FHC aponta o perigo de a dependência ser assumida no nível das análises como conceito totalizante, que nos daria o princípio de entendimento da sociedade como conjunto. A refêrencia ao Estado-Nação operaria, então, como permissa de toda a análise posterior de classes e relações de produção. Weffort admite que a existência de países (nações) economicamente dependentes e politicamente independentes constitua problemática sociológica imporante. Mas tem dúvidas de que a reprodução do problema, no plano do conceito, ajude a resolvê-lo.

A "teoria do capitalismo dependente associado" de FHC e Enzo Faletto[18] teve ampla repercussão, na medida em que acrescentou à análise econômica do desenvolvimento industrial periférico o aporte sociológico e político, já feita a delimitação da categoria de imperialismo enquanto categoria política. Em torno desta categoria, há muitos descaminhos nas Ciências Sociais, a começar de "embroglio" leninista, em que aspectos teóricos e político-partidários tornam-se indiscerníveis, mais ofuscando do que esclarecendo as relações entre nações de desenvolvimento capitalista no hemisfério norte sul.

Assumida a categoria de imperialismo enquanto categoria que aponta para determinada política, de que lança mão o grande capital em detrminada conjuntura, revisada a formulação leninista, a referência ao capitalismo associado dependente tem o mérito de, metodologicamente, indicar a forma como efetivamente o grande capital internacional assimila especificidades regionais e se associa ao capital interno de cada país na presença de estados latino-americanos. São os "três anéis" no tentáculos do capitalismo em regiões periféricas, no metáfora de que faz uso FHC.

---

[16] Oliveira Francisco A., "A economia brasileira. Crítica à razão dualista", *Estudos CEBRAP*, 2 (1973), pp. 3-82, SP/Ed. CEBARAP.

[17] Weffort, Francisco, "Notas sobre a teoria da dependência: teoria de classe ou ideologia nacional?", *Estudos CEBRAP*, 9 (1971), SP/Ed. CEBRAP.

[18] Cardoso, F.H. e Faletto, Enzo, "Dependencia y desarollo en América Latina (ensayo de interpretación sociólogica)", en: Diégues Junior, Manuel (org.), *Sociologia y desarrollo*, Buenos Aires, Solar/Hachette. 1970, pp. 29-66.

Na décadas de 70, 80, chamará a atenção das esquerdas para o que ele considera o importante curso de mudanças nas relações entre países centrais e periferia do sistema. O deslocamento de unidades industriais torna a burguesia nacional progressista sócia minoritária e representante interna da economia internacional em países como o Brasil. Esta "via associada" se mostrou vedada à circulação de um bloco de países orientados pela "via integracionista", nos moldes iniciais propostos pela CEPAL, seu foro privilegiado[19]. Com efeito, a multilateralidade da ALALC não foi capaz de cumprir metas estabelecidas pelo Tratado de Montevideu, substituída pela ALADI, cujo modelo é mais suscetível de abrigar a "integração aberta". A bilateralidade desta torna-se mais permeável à associação com o grande capital e suas orientações. Este "realismo concessivo" antepõe-se ao "capitalismo protegido" da era Vargas. Supõe a presença dos estados na gestão-sanção da "internacionalização dos mercados internos", sem nenhuma veleidade prussiana.

Este modelo dependente-associado, segundo FHC, resolve, em parte pelo menos, a contradição anteriormente apontada pelas esquerdas latino-americanas. Desqualifica-se a hipótese da revolução nacional burguesa ou de blocos regionais com semelhante orientação. FHC, no exercício de seu mandato caminhou nesta direção, que, a rigor, corresponde à política externa tradicional do Itamaraty, que desde o Barão do Rio Branco e Joaquim Nabuco postula a "parceria privilegiada" com os EUA, de modo marcadamente pragmático. Sem negar a existência de contencioso de interesses legítimos entre países desenvolvidos e emergentes, estabeleceu uma agenda positiva, que, no jargão diplomático, traduz-se na ênfase de intresses compartilhados, mais do que no contencioso. Seus mais recentes pronunciamentos abrigam a utopia da "globalidade virtuosa". O entusiástico epílogo do discurso no Colégio do México, em meio à crise pre-anunciada, é apenas em parte surpreendente: (a globalização) "sinaliza uma era de prosperidade sem igual na história do homem – um novo Renascimento".

Ao se falar do intelectual FHC das décadas de 70, 80, estamos nos referindo a um dos pilares da modernizada teoria da dependência, desgarrada de velhos jargões leninistas. Mais recentemente, opera-se nele a complexa junção de heranças, que formam seu atual patrimônio, revelado no estilo sinuoso de seus discursos: a herança *uspiana* das Ciências Sociais; a recente aquisição, via intelectuais-ministros, saídos da área de economia da PUC/Rio, identificados como lídimos neoliberais acadêmicos; e aproximação com a intelectualidade orgânica tradicional. O objetivo visado é a elaboração de projeto de refundação nacional, à base de enxugamento de influência do estado na economia, com privatização de empresas públicas, abertura ampla ao grande capital internacional. A "terceira via neo-trabalhista" de Tom Blair,

[19]Resende de Almeida, Paulo-Edgar, *Contribuição teórico-metodológica para o estudo dos padrões de integração-dominação da América Latina e suas repercussões na ALALC* (Tese de Doutoramento), SP, PUC/SP, 1975.

e o "novo centro" de Gerhard Schroeder descortinaram a alternativa de alguma modalidade de terceira via latino-americana, para cuja formução o governo contou em seu quadro ministerial com cientistas sociais de alta respeitabilidade, do porte de Francisco Weffort, José Serra, Paulo Renato. No fogo cruzado de múltiplas influências, miscegenadas em esdrúxula e antropofágica aliança, FHC buscou assimilar tudo para se manter no poder. Chegou a ser acusado de convivência com compra de votos para a aprovação no Congresso da reeleição, pela primeira vez em 109 anos de República. No meio deste "embroglio político-institucional", qualifica-se e especifica-se a "virtú" do ex-príncipe dos sociólogos. Em sentido estrito, não a virtude do estadista, mas a do exímio conciliador, que se tornou a grande paixão do empresariado, do conjunto moderno das camadas médias, vale dizer, da direita moderna. Margem significativa de legitimação de seu governo foi garantida, quase até o final de seu segundo mandato pelas retrógradas oligarquias nordestinas, comandadas pela figura caricaturesca nos tempos modernos de Antônio Carlos Magalhães, diante de cujas bravatas FHC, não poucas vezes, apequenou-se. A experimentada direita, diante do impasse eleitoral, decorrente do fracasso de Fernando Collor de Mollo, anteviu sinalizações positivas para candidatura de Henrique Cardoso, dada sua disposição pragmática de com ela dialogar. Anteriormente, já se inclinara a aceitar o Ministério das Relações Exteriores *colorido*, segundo indícios, o que não se consumou, através de versões de relativo peso, graças à intransigência do temperamental Mário Covas, manifestada ao PSDB.

Para Thomas Skidmore[20] FHC foi mais o professor que administrou o modelo ortodoxo de estabilização. Não foi líder para a cruzada contra a miséria no Brasil. A fidelidade da equipe econômica do governo brasileiro ao novo mapa do poder mundial, traçado pelo Consenso de Washington, chegou a surpreender lideranças tradicionais do porte de José Sarney[21]. Ao referir-se a pronunciamento do Banco Mundial, o documento cunhado de Além do Consenso, o ex-presidente do Brasil se pergunta se ao invés do Estado Liberal de Direito não se poderia ter o Estado Social de Direito.

O fato é que o formato da política econômica do governo de FHC tornou-se problemático para o pensamento mais crítico da academia, da qual ele procede. A frase a êle atribuída, sem comprovação –"esqueçam o que escrevi"- e sobretudo suas práticas governamentais, chocaram segmentos progressistas da intelectualide. Paladino da articulação de trabalho, direitos e proteção social em textos de sua autoria, é chamado a enfrentar o tribunal dos fatos de governo: é de fácil acesso a via que leva de Fernando Collor de Mello a FHC. De 89 a 98 pode-se divisar a linha de continuidade de ambas gestões, ancoradas no tipo de abertura econômica para o exterior, na desregulamentação, na privatização.

[20] Skidmore, Thomas, *Folha de São Paulo – Caderno Especial*, 03/09/98, p. 6.

[21] Sarney, José, en: *Folha de São Paulo*, 07/08/98, Caderno l: 1-2, 1998.

Com efeito, no quadro de demandas crescentes, assiste-se, em seu governo, a atenuação de direitos e garantias sociais, construídos histórica e politicamente em lutas, muitas das quais contaram com seu decidido apoio. Ao assumir-se o trabalho enquanto categoria analítica, em sua multidimensionalidade de princípio educativo, de identidade cultural, de cidadania, com reconhecimento de direitos civis, econômicos, sociais e políticos, configuram-se formas de sociabilidade, e não apenas a relação técnica de produção. Nesta perspectiva, na atual conjuntura brasileira, é acelerado o processo de exclusão, de desfiliação, na formulação de Robert Castel[22]. Ao ser o Brasil elencado em septuagésimo terceiro lugar na pesquisa de IDH/ONU -índice de desenvolvimento humano-, isto equivale a sermos obrigados a admitir, que, por cima de qualquer retórica, contingente significativo da população brasileira continua a não ser povo. Esta desconectado de redes de sociabilidade e de interação social. Vera da Silva Telles[23], resenhando a obra *Metamorfose do Trabalho* de Robert Castel, vê configurado, na política de flexibilização de direitos e normas contratuais, retrocesso a antigas formas de contratação, com a erosão do conjunto de mediações construídas entre sociedade, economia, e estado e a consequente captura do social pelo econômico. Os direitos cedem às exigências de eficácia e competitividade do mercado.

X. PODER REAL DE FHC

Em que pese o fato de FHC exercer suas funções em regime presidencialista; de em seu discurso político proliferar o emprego exaustivo da primeira pessoa do singular; de as manchetes de meios de comunicação, de a grande imprensa nacional e internacional magnificá-lo como grande líder, ele está sujeito à complexa trama de poder. Contraponha-se a esta imagem de poder, a hibridez do regime que, mais adequadamente, tem configuração presidencial-parlamentarista. A desventura de FHC não é desprezível diante de um congresso nacional mal composto, com representações assimétricas, inversamente proporcionais ao desenvolvimento dos estados e da conscientização do eleitor, liberado de laços extra-econômicos de fidelidade. É um Congresso de perfil cartorial, cuja maioria apõe assinatura no que é produzido pelo Poder Executivo, a condição de prebendas serem distribuídas. Temos o agravante da "federação estadual", ao invés da "federação regional"[24], abarrotar Câmara e Senado de "coronéis e eminências de aldeia", que negociam palmo a

[22] Castel, Robert, *Les metamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat*, Paris, Fayard, 1996.

[23] Telles da Silva, Vera, "As metamorfoses da questão social – uma crônica do salário", *Jornal Resenhas. Folha de São Paulo*, 12.09.98, p. 8.

[24]Resende de Almeida, Paulo-Edgar, "Os limites de plebiscito", en: *O Estado de São Paulo*, 21.04.1993, p. 2.

palmo a territorialização de votos no Congresso, a favor de iniciativas do governo. Incluam-se, em destaque, significativas pressões da economia internacional.

Eleito e reeleito presidente, FHC tornou-se síndico e paladino de novo dinamismo do capitalismo dependente-associado. Adotou com entusiasmo o receituário de reformas econômicas estabelecidas pelo Consenso de Washington para "mercados emergentes". Esmerou-se na aplicação de medidas leoninas, impostas pelo FMI. Caracterizaram seu governo privatizações, liberalização do mercado de bens e capitais, desregulamentação da economia, redução do papel do estado. Enquanto o "Grupo dos 7" adota medidas protecionistas, o Brasil manteve-se fiel a compromissos de liberalização. Entre a cruz e a caldeirinha, a seus críticos FHC lançou o estigma da desatualização. Quem dele discordou foi considerado retrógado, ou não levou os interesses públicos na devida conta. Todos eram interpelados para o consenso em torno de si, como a reproduzir o retumbante: "quem for brasileiro siga-me". Foram recorrentes tais recursos oratórios, de que lançou mão o presidente. Reconfirmou-se o que já no Império se dizia: nada mais parecido ao conservador do que o liberal no poder. Joaquim Nabuco registrara o fato de as reformas conservadoras terem sido feitas pelos liberais, e a dos conservadores pelos liberais.

A radicalização de seu pragmatismo fez dele o grande árbitro de coalizões, em que grandes interesses internacionais se afirmaram, a troco de sua exaltação na qualidade de Grande Líder continental, a partir de sua diplomacia presidencial.

Resta-nos a tentativa de descoberta de indícios de correspondência entre o tempo subjetivo do "grande intelectual" e o tempo objetivo do "príncipe soberbo", entre a "ética de convicção" do "príncipe dos sociólogos" e a "ética de responsabilidade" do "sociólogo", trasmudado em "Ppíncipe".

Partindo para a mística, segundo vidente informal do poder, conhecido na Corte de Brasília, desde o governo Sarney, FHC tem *Saturno na décima casa,* cujo simbolismo é o da insegurança em relação a objetivos de vida em geral e a uso do poder em particular[25].

Em suma, razão tinha o sábio do grande sertão, lembrado pelo Embaixador Rubens Ricupero[26] ao falar de maneira sutil e refinada das relações do Brasil com o Fundo Monetário Internacional, e, por extensão, do governo FHC: "uma coisa é pôr idéias arranjadas, outra é lidar com país de pessoas, de carne e sangue, de mil e tantas misérias".

[25]Getúlio Bittencourt, além de respeitado jornalista, correspondente da Gazeta Mercantil em Nova York, foi secretario de Comunicação do presidente José Sarney, entre 1987-88. Seu diagnóstico astral saiu na revista *Veja* de 26.8.98, p. 130.

[26] Ricupero, Rubens, *Folha de São Paulo*, 03.10.98, p. 2.2.